

Demonstrações financeiras

Banco C6 Consignado S.A.

31 de dezembro de 2020 e 2019

com relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

<i>Relatório da administração.....</i>	<i>3</i>
<i>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....</i>	<i>3</i>
<i>Balanços patrimoniais.....</i>	<i>9</i>
<i>Demonstrações de resultado.....</i>	<i>10</i>
<i>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....</i>	<i>12</i>
<i>Demonstrações dos fluxos de caixa.....</i>	<i>13</i>
<i>Notas explicativas às demonstrações financeiras.....</i>	<i>14</i>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor,

O Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado") é uma controlada da Carbon Holding Financeira S.A. que é controladora também do Banco C6 S.A. ("C6 Bank").

O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas e pequenas e médias empresas**. Sem agências físicas, a instituição oferece produtos financeiros acessíveis para todos os perfis de clientes. O C6 Bank **não cobra taxas por produtos básicos**, como manutenção de conta corrente, pagamentos, saques e transferências, e aposta na criação contínua de serviços inovadores, como a Conta Global, a tag de pedágio e o Programa de Pontos Átomos. Com sede em São Paulo, a instituição financeira formou um grupo que reúne, além do C6 Bank e do C6 Consignado, a empresa de tecnologia para meios de pagamento - PayGo, a assessoria em seguros e resseguros - Som.us e a plataforma de educação corporativa- IDEA9. Juntas, as empresas somam cerca de mil e quatrocentos funcionários.

O C6 Consignado é um de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

Atualmente, O C6 Consignado é o veículo legal do grupo C6 Bank para concessão de crédito consignado

Impacto social

A área de impacto social do C6 Bank incentiva a disseminação da educação financeira e tecnológica no Brasil. Ao longo de 2020, o banco organizou uma série de ações para estimular o desenvolvimento educacional no Brasil.

Educação

O C6 Bank entende que a educação financeira contribui para a autoconfiança das famílias para administrar seus recursos e acumular ativos, além de administrar melhor seus gastos com saúde e educação. Em 2019, o banco realizou oficinas de educação financeira em comunidades carentes de São Paulo, como Paraisópolis e Capão Redondo. Para estimular a produção de conteúdo jornalístico de excelência na área, o grupo C6 Bank lançou o site 6 Minutos, dedicado a notícias de economia, finanças e negócios, e anunciou o primeiro Prêmio C6 de Jornalismo, que premia artigos que incentivam a cidadania financeira no Brasil. O C6 Bank também contribui com o ensino de ciências, a fim de facilitar a disseminação de conceitos científicos entre os jovens estudantes. Com esse intuito, publicou o e-book gratuito "Um Mergulho na Tabela Periódica dos Elementos", para professores da rede pública, para estimular a simplificação dos conceitos químicos em sala de aula. Outra iniciativa do C6 Bank, em educação tecnológica, é a parceria com o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) para disseminar a ferramenta App Inventor no Brasil, cujo objetivo é simplificar a criação de aplicativos em comunidades vulneráveis.

Sustentabilidade

O C6 Bank contribui para a redução do impacto ambiental da construção civil e incentiva soluções inovadoras para o meio ambiente. Em 2019, o banco recebeu a certificação LEED (*Leadership in Energy & Environmental Design*), categoria Ouro, que reconhece edificações sustentáveis no mundo. O selo, desenvolvido pelo *United States Green Building Council*, aponta boas práticas no uso de recursos naturais, como água e energia.

Apresentação das Demonstrações Financeiras Anuais

Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações individuais do C6 Consignado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema

Financeiro Nacional) e no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07, no 11.941/09 e no 12.973/14, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Acesse: www.C6Bank.com.br/Documentos/

Desempenho Financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o C6 Consignado possuía R\$ 1,3 bilhões de Patrimônio Líquido e R\$3,9 bilhões de ativos. O Prejuízo Líquido foi de R\$ 111 milhões, decorrentes de investimentos para evolução de sua estrutura operacional.

Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

AGRADECIMENTOS

O C6 Consignado agradece seus colaboradores pelo empenho e talento que permitiu desenvolvimento de uma plataforma bancária em tempo recorde, e aos nossos milhões de clientes pela confiança depositada.

(Aprovada pela Diretoria em 30 de março de 2021).

Banco C6 Consignado S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco C6 Consignado S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco C6 Consignado S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco C6 Consignado S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Banco C6 Consignado S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos – auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 23 de abril de 2020, com ressalva referente ao fato de que o Banco, naquele momento, encontrava-se em processo de desativação e descontinuidade de suas atividades bancárias e financeiras. Conforme descrito na nota 1, o Banco foi adquirido pelo Banco C6 S.A., com a transação concluída em 10 de agosto de 2020, voltando a partir daquela às suas operações bancárias e financeiras regulares.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

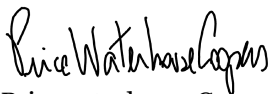
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Banco C6 Consignado S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		1.065.031	5.195
DISPONIBILIDADES	4	1.511	90
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	228.999	1.820
Aplicações no Mercado Aberto		228.999	1.820
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	41.605	1.277
Carteira Própria		41.605	607
Vinculados ao Banco Central		0	670
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		6	5
Depósitos no Banco Central		5	5
Correspondentes		1	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	771.600	0
Operações de Crédito		778.532	0
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		-6.932	0
OUTROS CRÉDITOS		16.648	2.003
Diversos	7	16.648	2.003
OUTROS VALORES E BENS	8	4.662	0
Despesas Antecipadas		4.662	0
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.859.820	18.026
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	2.765.429	0
Operações de Crédito		2.786.457	0
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		-21.028	0
OUTROS CRÉDITOS		85.854	18.026
Diversos	7	85.854	18.026
OUTROS VALORES E BENS	8	8.537	0
Despesas Antecipadas		8.537	0
IMOBILIZADO DE USO		0	0
Outras Imobilizações de Uso		0	51
(Depreciações Acumuladas)		0	-51
TOTAL DO ATIVO		3.924.851	23.221
	Nota	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE		285.485	7.890
DEPÓSITOS	9	448	175
Depósitos à Vista		448	171
Depósitos a Prazo		0	4
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	11	187.219	0
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		187.219	0
OUTRAS OBRIGAÇÕES		97.818	7.715
Fiscais e Previdenciárias		1.285	66
Diversas	10	96.533	7.649
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.309.413	0
DEPÓSITOS	9	2.309.413	0
Depósitos Interfinanceiros		1.827.632	0
Depósitos a Prazo		481.781	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.329.953	15.331
Capital de Domiciliados no País	12	1.764.877	339.977
Ajustes de Avaliação Patrimonial		697	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-435.621	-324.646
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.924.851	23.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		151.326	153.795	1.395
Operações de Crédito		147.334	149.733	1.231
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		3.992	4.062	164
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-41.951	-42.942	-131
Operações de Captação no Mercado		-14.820	-14.964	-97
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-27.131	-27.978	-34
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		109.375	110.853	1.264
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		-260.684	-277.831	-16.520
Receitas de Prestação de Serviços		230	230	2
Despesas de Pessoal	17	-4.299	-5.270	-1.953
Outras Despesas Administrativas	14	-21.304	-25.391	-9.273
Despesas Tributárias		-5.606	-5.704	-15
Outras Receitas Operacionais	15	9.247	9.334	124
Outras Despesas Operacionais	16	-238.952	-251.030	-5.405
RESULTADO OPERACIONAL		-151.309	-166.978	-15.256
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2	2	2
Receitas não operacionais		7	7	0
Despesas não operacionais		-5	-5	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		-151.307	-166.976	-15.254
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		67.083	67.083	-14.284
Ativo Fiscal Diferido	13	67.083	67.083	-14.284
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		-11.082	-11.082	0
		-95.306	-110.975	-29.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	-95.306	-110.975	-29.538
Varição de ajuste de avaliação patrimonial	1.268	1.268	0
Efeito Fiscal	-571	-571	0
(=) Resultado abrangente total	-94.609	-110.278	-29.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de valor patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		326.826	0	-295.108	31.718
Aumento de capital	12	13.151	0	0	13.151
Prejuízo do exercício		0	0	-29.538	-29.538
Saldos em 31 de dezembro de 2019		339.977	0	-324.646	15.331
Aumento de capital	12	1.424.900	0	0	1.424.900
Variação de ajustes de avaliação patrimonial		0	697	0	697
Prejuízo do exercício		0	0	-110.975	-110.975
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.764.877	697	-435.621	1.329.953
Saldos em 30 de junho de 2020		347.177	0	-340.314	6.863
Aumento de capital	11	1.417.700	0	0	1.417.700
Variação de ajustes de avaliação patrimonial		0	697	0	697
Prejuízo do semestre		0	0	-95.307	-95.307
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.764.877	697	-435.621	1.329.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		-95.306	-110.975	-29.538
Varição do ajuste ao valor justo nos ativos financeiros		-2.957	-2.957	0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	27.131	27.978	34
Ativo fiscal diferido	13	-67.083	-67.083	14.284
Varição monetária ativa		6	0	-45
Participação estatutária no resultado		11.082	11.082	0
Resultado ajustado		-127.127	-141.955	-15.265
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-35.512	-36.674	-615
Relações interfinanceiras		5	-1	0
Operações de crédito		-3.405.191	-3.565.007	19.866
Outros créditos		-14.176	-15.390	4.635
Outros valores e bens		-13.199	-13.199	-3
Depósitos		2.267.452	2.309.686	-3.336
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	187.219	187.219	0
Relações interfinanceiras		0	0	9
Outras obrigações		-84.224	79.021	-18.977
Caixa usado nas atividades operacionais		-1.224.753	-1.196.300	-13.686
Aquisição de ativo imobilizado		0	0	3
Caixa usado nas atividades de investimento		0	0	3
Aumento de capital e reserva de capital	12	1.417.700	1.424.900	13.151
Caixa proveniente das atividades de financiamento		1.417.700	1.424.900	13.151
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	4	37.563	1.910	2.442
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	4	230.510	230.510	1.910
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		192.947	228.600	-532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), anteriormente denominado de Banco FICSA S.A., é uma companhia de capital fechado e está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

Em 23 de Julho de 2020, o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a aquisição pelo Banco C6 S.A de 100% da participação do Banco FICSA S.A. que atualmente é o veículo legal do grupo para concessão de crédito consignado. A conclusão da aquisição foi feita em 10 de agosto de 2020, e posteriormente a esta data o Banco FICSA S.A. foi renomeado Banco C6 Consignado S.A.

Em 26 de novembro de 2020, a Carbon Financeira S.A. recebeu autorização do BACEN para aumentar o capital do C6 Consignado em R\$ 400 milhões e passou a deter 112.751.437 ações ordinárias, passando a ser seu controlador com 85% de participação e o C6 Bank passou a ter 15% de participação.

O C6 Consignado, em função da pandemia do COVID-19, revisitou suas relações com funcionários, prestadores de serviços e clientes, visando garantir a saúde e segurança, bem como manter a qualidade do serviço prestado. Cerca de 95% dos funcionários do grupo C6 trabalharam em home office no período agudo de isolamento social, bem como 92% dos agentes de empresas terceiras trabalharam remotamente. Nas suas instalações físicas foram adotados protocolo de limpeza, comunicação sobre melhores práticas e os cuidados com distanciamento social. Para os clientes, o Banco anunciou ações como redução da taxa de parcelamento da fatura do cartão e taxas para operações de crédito.

O Comitê de Gestão de Crises e Continuidade de Negócios do C6 atuou no monitoramento dos efeitos da propagação da pandemia e impactos nas operações. Adicionalmente, o C6 Consignado aumentou a frequência dos processos de apuração e análise de seus indicadores financeiros principalmente no primeiro semestre de 2020, em função da maior incerteza sobre efeitos financeiros sobre seus negócios neste período, mas devido ao estágio de suas operações, não identificou impactos relevantes em seus resultados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Financeiro.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do permanente (imobilizado de uso e intangível), provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Resolução Bacen nº 02/2020 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30 de março de 2021.

2.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real.

2.2. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que:

- i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o C6 Consignado não incorreu em resultados não recorrentes.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo C6 Consignado são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas Demonstrações Financeira.

APURAÇÃO DO RESULTADO

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

MENSURAÇÃO A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 Consignado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Disponíveis para venda: Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Mantidos até o vencimento: Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtida por meio de cotação de mercado na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pró rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pró rata dia.

CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As contingências são registradas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – Demais instituições	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para Bancos, 15% para financeiras e equiparadas e 9% para as demais empresas não financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

O Ativo Fiscal Diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

COMISSÕES PAGAS A CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

Considerando-se os requisitos da Resolução CMN 4.294 e da Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origem de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do

valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões são integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	1.511	90
Aplicações em operações compromissadas	228.999	1.820
Total	230.510	1.910

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

CONCENTRAÇÃO POR TIPO, CLASSIFICAÇÃO E PRAZO DE VENCIMENTO

DISPONÍVEL PARA VENDA

	31/12/2020		
	Custo	Mercado	acima de 5 anos
Carteira Própria	40.337	41.605	41.605
Notas do tesouro nacional	40.337	41.605	41.605
Total	40.337	41.605	41.605

Em 31 de dezembro de 2019 não havia títulos classificados como disponível para venda

PARA NEGOCIAÇÃO

	31/12/2019
	Mercado
Carteira Própria	607
Letra financeira do tesouro nacional	607
Vinculados ao Banco Central	670
Letra financeira do tesouro nacional	670
Total	1.277

Em 31 de dezembro de 2020 não havia títulos classificados para negociação.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

COMPOSIÇÃO

O saldo de operações de crédito é composto, substancialmente, por operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

	31/12/2020	
	Saldo	Provisão
Crédito consignado	3.564.989	-27.960
Total de empréstimos	3.564.989	-27.960

POR FAIXA DE VENCIMENTO E NÍVEIS DE RISCO

Nível de risco	31/12/2020					Total	Provisão
	Vencidas	até 6 meses	de 6 a 12 meses	após 12 meses			
AA	0	0	0	0	0	0	0
A	0	338.576	430.857	2.764.656	3.534.089	-17.670	-17.670
B	135	955	878	5.487	7.455	-75	-75
C	136	475	434	2.704	3.749	-112	-112
D	204	418	378	2.363	3.363	-336	-336
E	177	293	264	1.630	2.364	-709	-709
F	1.002	1.155	1.028	6.373	9.558	-4.779	-4.779
G	56	52	46	287	441	-309	-309
H	118	430	465	2.957	3.970	-3.970	-3.970
Total	1.828	342.354	434.350	2.786.457	3.564.989	-27.960	-27.960

POR SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

	31/12/2020
Pessoa física	3.564.989
Total	3.564.989

CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operações	31/12/2020	% da carteira
10 maiores	1.485	0,04%
20 maiores	2.729	0,08%
50 maiores	5.801	0,16%
100 maiores	10.086	0,28%

PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldos iniciais	-843	0	0
(Constituição) de provisão	-27.131	-27.978	-34
Baixas para prejuízo	14	18	34
Saldos finais	-27.960	-27.960	0

RENEGOCIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS PARA PREJUÍZO

Na carteira de crédito houve R\$ 29.397 (PDD – R\$ 148) referente a renegociações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2019 – zero). Não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo nos exercícios findos em 2020 e 2019.

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1. DIVERSAS	31/12/2020	31/12/2019
	Adiantamentos e antecipações salariais	11
Adiantamentos de comissões	5.915	26
Créditos tributários (nota 13)	80.097	0
Devedores por depósito em garantia	1.750	1.286
Impostos e contribuições a compensar	253	0
Crédito presumido - Lei 12.838/2013	3.355	16.369
Valores a ressarcir	399	387
Devedores diversos	10.722	1.957
Outros	0	4
Total	102.502	20.029

O C6 Consignado possui crédito presumido de acordo com as premissas incluídas na Lei nº 12.838/13. Em 31 de dezembro de 2020, houve a reversão do valor constituído no exercício de 2015, no montante de R\$ 13.014, perfazendo o total de R\$ 3.355 de crédito presumido em 2020 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 16.369).

8. OUTROS VALORES E BENS

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de despesas antecipadas refere-se, substancialmente, a comissões pagas a terceiros por estruturas de operações com o mercado a serem reconhecidas pelo prazo dos contratos.

9. DEPÓSITOS

	31/12/2020					31/12/2019
	Total	até 90 dias	de 90 dias a 1 ano	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Total
Depósitos à Vista	448	448	0	0	0	171
Depósitos Interfinanceiros	1.827.632	0	0	1.827.632	0	0
Depósitos a Prazo	481.781	0	12.027	210.347	259.407	4
Total	2.309.861	448	12.027	2.037.979	259.407	175

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

10.1. DIVERSAS	31/12/2020	31/12/2019
	Provisão para pagamentos a efetuar	8.839
Provisão para contingências	17.899	6.185
Valores a pagar a sociedades ligadas	36.078	0
Credores diversos	33.717	77
Total	96.533	7.649

10.2. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco C6 Consignado não tem contabilizados ativos contingentes.

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

	31/12/2019	Adições	Pagamentos / Reversões	31/12/2020
Ações trabalhistas	212	6.986	-238	6.960
Ações cíveis	5.893	6.106	-1.142	10.857
Ações tributárias	80	2	0	82
Total	6.185	13.094	-1.380	17.899

AÇÕES TRABALHISTAS

O Banco C6 Consignado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, em grande maioria, por ex-empregados. Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, responsabilidade subsidiária e outros.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco C6 Consignado figurava como parte em processos trabalhistas no montante R\$ 6.960 (31 de dezembro de 2019 – 212).

AÇÕES CÍVEIS

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco C6 Consignado figurava como parte em processos cíveis no montante R\$ 10.857 (31 de dezembro de 2019 – 5.893).

AÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os processos judiciais ou administrativo de natureza tributária consistem, principalmente, em discussões sobre a legalidade e a constitucionalidade de tributos que se tornam objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos, quando aplicável. São compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco C6 Consignado figurava como parte em processos tributários no montante R\$ 82 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 80).

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

O saldo de R\$ 187.219 em 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2019 – zero) refere-se a letras financeiras com prazo máximo de 1 ano e basicamente indexadas a 100% da taxa SELIC.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2020 o Capital Social é de R\$ 1.764.877 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 339.977), dividido em 295.511.267 ações ordinárias (31 de dezembro de 2019 – 228.455).

De acordo com as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em e 2020, foram deliberados e aprovados os aumentos de Capital Social conforme tabela, somando

R\$ 1.424.900, sendo emitidas 295.282.812 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, homologados pelo BACEN nas respectivas datas.

Em 31 de dezembro de 2019	Quantidade de ações	Capital social
	228.455	339.977
10/01/2020	4.389	600
31/01/2020	4.474	600
06/02/2020	4.560	600
28/02/2020	4.647	600
05/03/2020	4.737	600
31/03/2020	9.629	600
06/04/2020	9.998	600
30/04/2020	10.158	600
08/05/2020	10.539	600
29/05/2020	10.761	600
08/06/2020	11.158	600
30/06/2020	12.662	600
07/07/2020	13.173	600
31/07/2020	29.667	600
11/08/2020	3.474.792	100.000
30/10/2020	108.907.638	400.000
12/11/2020	15.375.196	100.000
03/12/2020	142.276.939	653.200
10/12/2020	25.107.695	163.300
Adições do período	295.282.812	1.424.900
Em 31 de dezembro de 2020	295.511.267	1.764.877

RESERVAS DE LUCRO**RESERVA LEGAL**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

RESERVA ESTATUTÁRIA

De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção do capital de giro, e seu montante limitado ao saldo do capital social.

DIVIDENDOS

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo líquido no exercício.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA DE IRPJ E CSLL

	31/12/2020	31/12/2019
Base de cálculo	-178.058	-15.254
Resultado antes dos tributos e participações	-166.976	-15.254
Participações estatutária no lucro	-11.082	0
Adições / (Exclusões) permanentes	67	0
Outras	67	0
Adições / (Exclusões) temporárias	46.890	34
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.978	34
Provisão para pagamentos	18.912	0
Base de cálculo do IRPJ antes compensação de prejuízo	-131.101	-15.220
(-) Compensação prejuízo fiscal	0	0
Prejuízo acumulado	-131.101	-15.220
Imposto de renda diferido	37.268	-8.928
Contribuição social diferido	29.815	-5.356

MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Movimentação Exercício			
	31/12/2019	Constituição	Realização	31/12/2020
Provisões Passivas	0	21.101	0	21.101
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	0	58.996	0	58.996
Total dos créditos tributários ativados	0	80.097	0	80.097
Impostos de renda				44.498
Contribuição social				35.599

	Movimentação 2º semestre			
	30/06/2020	Constituição	Realização	31/12/2020
Provisões Passivas	0	21.101	0	21.101
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	0	58.996	0	58.996
Total dos créditos tributários ativados	0	80.097	0	80.097
Impostos de renda				44.498
Contribuição social				35.599

EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

	31/12/2020
Em 2021	10.614
Em 2022	48.382
Em 2023	2.837
Em 2024	2.837
Em 2025	15.427
Total de créditos tributários	80.097
Valor presente	77.089

Em 31/12/2020, o resultado de IRPJ e CSLL diferidos - R\$ 67.083 contém a parcela de R\$ 13.014 referente a reversão do crédito presumido referido na Nota 7. No mesmo período, o total de créditos tributários não ativados era de R\$ 139.418 referente ao período de prejuízo fiscal de 2014 até 2019.

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Telecomunicações e processamento de dados	-4.785	-5.989	-2.281
Propaganda e publicidade	-70	-274	0
Depreciações e amortizações	0	0	-10
Serviços de terceiros e consultorias	-2.702	-4.762	-4.332
Serviços técnicos especializados	-11.485	-11.485	-1.420
Serviços do sistema financeiro	-1.750	-1.847	-164
Outras despesas administrativas	-512	-1.034	-1.066
Total	-21.304	-25.391	-9.273

15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisões operacionais	0	0	60
Recuperação de encargos e despesas	2.998	3.030	16
Juros e variação monetária ativa	6	12	48
Receita de portabilidade	5.415	5.415	0
Outras rendas operacionais	828	877	0
Total	9.247	9.334	124

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisões passivas	-12.640	-13.830	-4.441
Descontos concedidos em renegociações	0	-369	0
Despesa de comissão	-218.141	-226.778	0
Despesa de cessão do direito do consignado	-6.588	-8.393	0
Provisão para perdas sobre rendas a receber	-343	-343	-964
Outras despesas operacionais	-1.240	-1.317	0
Total	-238.952	-251.030	-5.405

17. DESPESA DE PESSOAL

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Benefícios	-696	-1.111	-845
Encargos Sociais	-799	-942	-289
Treinamentos	-2	-2	0
Remuneração	-2.802	-3.215	-819
Total	-4.299	-5.270	-1.953

18. PARTES RELACIONADAS

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
			2º semestre	Exercício
Banco C6 S.A.				
Aplicações interfinanceiras - LFT	0	0	278	278
Depósitos interfinanceiros	-1.827.632	0	-21.092	-21.092
Valores a pagar	36.078	0	0	0
Quis Participações S.A.			0	
Depósitos a vista	0	-44	0	0
Outras partes relacionadas			0	
Depósitos a vista	0	127	0	0
Depósito a prazo	0	0	-3	0

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração total do pessoal-chave da administração no exercício de 2020 foi de R\$ 817 (2019 – R\$ 20).

19. GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Grupo C6 reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos, a relevância da exposição a riscos, e a importância sistêmica das instituições. A gestão de riscos e de capital é executada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, o caráter independente da sua atuação.

O Grupo C6 assume a gestão dos riscos inerentes às suas atividades de forma proativa, pois acredita que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle destes riscos.

A gestão de riscos é disseminada em todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam avaliados e geridos adequadamente nas diversas áreas.

A gestão de riscos e de capital é executada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, o caráter independente da sua atuação.

A estrutura de governança de risco do Grupo C6 busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva para garantir que todos os riscos incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Compõem a estrutura de governança de risco: (i) a Diretoria Executiva, responsável pela aprovação de políticas, estratégias e limites de risco, (ii) o Diretor de Administração de Riscos (CRO), responsável pelo desenvolvimento, operacionalização, monitoramento e aperfeiçoamento da estrutura de gerenciamento de riscos, (iii) o Comitê de Risco, que apoia a diretoria na gestão de risco propondo políticas, estratégias e limites de risco, (iv) o Comitê de Gestão de Crises, que apoia a Diretoria em matérias referentes às políticas, às práticas e às estratégias de gestão de crises e de eventos de interrupção de processos críticos do negócio, e (v) a Área de Administração de Riscos, que executa a atividade de gerenciamento de riscos.

O C6 Consignado calcula os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Econômico-Financeiro que tem como instituição líder o Banco C6 S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.